



**Processo nº** 10680.922218/2012-19  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 1402-005.589 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 15 de junho de 2021  
**Recorrente** COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO ESPECIALIDADES E ATIVIDADES CORRELATAS FEMCOOP  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF)**  
Data do fato gerador: 12/05/2011

ANÁLISE DE MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE. ART. 24 DA LEI 11.457/07. PRAZO DE 360 DIAS. HOMOLOGAÇÃO TÁCITA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

Em que prese o art. 24 da lei 11.457/07 prever que as petições devem ser julgadas em 360 dias, não há previsão da consequência, caso a conduta definida seja descumprida. Assim, não é possível reconhecer a homologação tácita de compensação objeto de Manifestação de Inconformidade que demorou mais de seis anos para ser julgada.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário e, no mérito, a ele negar provimento.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Luciano Bernart – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Marco Rogerio Borges, Leonardo Luis Pagano Goncalves, Evandro Correa Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Iágalo Jung Martins, Luciano Bernart, Barbara Santos Guedes (suplente convocado(a)), Paulo Mateus Ciccone (Presidente)

## Relatório

1. Trata-se de Recurso Voluntário interposto em face de Acórdão da DRJ, por meio do qual o referido órgão julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade apresentada pela Contribuinte, de forma a não reconhecer o direito creditório em favor da Contribuinte.

### **I. PERDCOMP, Despacho Decisório (DD), Manifestação de Inconformidade e DRJ**

2. Aproveita-se o Relatório da DRJ quanto aos fatos e argumentos da Manifestação de Inconformidade. O processo versa sobre o PER/DCOMP, por meio do qual a interessada pleiteia a compensação de crédito decorrente de suposto pagamento indevido ou a maior envolvendo IRRF.

3. O despacho decisório não homologou a compensação por entender que o crédito em litígio já estaria alocado para o pagamento de outros débitos da manifestante.

4. A interessada apresentou manifestação de inconformidade, na qual alega ter havido erro no preenchimento da DCTF, na qual teria sido informado débito em montante superior ao efetivamente devido. Após a ciência do despacho decisório, a interessada afirma ter apresentado declaração retificadora, corrigindo o suposto equívoco. Não são apresentadas explicações sobre o que consistiria o pagamento indevido ou a maior. Ao final, pede o acolhimento da manifestação de inconformidade.

5. A DRJ julgou pela IMPROCEDÊNCIA da Manifestação. Em suma, o Órgão julgador se manifestou no sentido de que, apesar de ter sido retificada a DCTF que, por alegação da Contribuinte, continha erros, não houve explicação nem justificação por parte da Manifestante de qual seria o equívoco na declaração original. Há divergência entre a DIRF e a DCTF, sendo que não existem elementos que permitam fazer a análise do eventual direito. Os julgadores aplicam ainda o art. 166 do CTN.

### **II. Recurso Voluntário**

6. Em face da decisão da DRJ, o Contribuinte interpôs Recurso Voluntário, por meio do qual requereu única e exclusivamente a aplicação do art. 24 da lei 11.457/07, com o consequente reconhecimento da compensação, tendo em vista que a DRJ demorou mais de 360 dias para proferir decisão sobre o caso.

7. Não foram apresentadas contrarrazões pela Fazenda Nacional.

8. É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Luciano Bernart, Relator.

**III. Tempestividade e admissibilidade**

9. Com base no art. 33 do Decreto 70.235/72 e na constatação da data de intimação da decisão da DRJ, bem como do protocolo do Recurso Voluntário, conclui-se que este é tempestivo.

10. Tendo em vista que o Recurso Voluntário atende aos demais requisitos de admissibilidade, o concreto e, no mérito, passo a apreciá-lo.

**IV. Prazo para julgamento da Manifestação de Inconformidade**

11. O único argumento apresentado pela Recorrente foi o de que a DRJ teria demorado mais de seis anos para julgar a Manifestação de Inconformidade. Com base no art. 24 da Lei 11.457/07, que dispõe: É obrigatório que seja proferida decisão administrativa no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar do protocolo de petições, defesas ou recursos administrativos do contribuinte. Pelo tempo transcorrido, a Recorrente requer a homologação da compensação.

12. A redação do artigo citado realmente prevê que é obrigatório que a decisão administrativa demore no máximo 360 dias, contudo, o dispositivo não prescreve a consequência da infração. Típico da norma jurídica é o seu antecessor ou prescritor, que dispõe a respeito da conduta normatizada, e o consequente, que determina qual é a consequência jurídica proveniente da ocorrência da conduta prevista no antecessor. No presente caso, o legislador não definiu qual seria a consequência. Apesar da regra definir qual é a conduta objeto de juridicidade, não foi qual seria a sanção ou resultado do descumprimento da prescrição.

13. Ainda que a Contribuinte tenha interpretado que a conduta seria a homologação de sua compensação, a mesma poderia ser qualquer outra. Por exemplo, poderia ser o resultado do descumprimento, a exemplo do que o CTN prevê sobre o lançamento, em seu art. 142, parágrafo único, a responsabilização do agente fiscal. Mas poderia ainda ser a redução da multa, caso ela fosse objeto do processo. O fato é que sem o dispositivo prevendo a consequência, não há como de se reconhecer como sendo a homologação da compensação. O fundamento para tanto é o Princípio da Legalidade.

14. Assim, deve o argumento da Recorrente ser rejeitado.

## V. Conclusão

15. Diante do exposto, voto no sentido de conhecer o Recurso Voluntário, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, de forma a manter a decisão da DRJ pelos fundamentos expostos.

(documento assinado digitalmente)

Luciano Bernart